



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº 16/2014

----- Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

#### ----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência da Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo por se encontrar de férias e a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos pessoais conforme justificação apresentada, procedendo-se à sua substituição. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 15/2014 referente à reunião ordinária de 8 de agosto. -----

----- Aprovada a ata n.º 15/2014 por maioria dos presentes com duas abstenções. -----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: um milhão, cento e trinta e seis mil, duzentos e oitenta e seis euros e oitenta e dois cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e três mil, seiscentos e trinta e três euros e setenta e oito cêntimos. -----

#### ----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- LEVANTAMENTO DGAL – OPERAÇÕES EM REGIME DE PARCERIAS PÚBLICO – PRIVADAS (PPP) A NÍVEL LOCAL -----

----- **POLUIÇÃO DO RIO MAIOR – PERGUNTAS AO GOVERNO** -----

----- **COMPROMISSOS PLURIANUAIS** -----

----- **DADOS ESTATÍSTICOS DE ATENDIMENTO NA LOJA DO CIDADÃO (ANEXO 1)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Louvou a iniciativa de prestar informação acerca da Loja do Cidadão e que de facto existe uma procura significativa de utentes daquele espaço para o atendimento das diferentes entidades e se bem que existindo explicação e informação acerca das desistências, elas não deixam de rondar os 20% e pediu esclarecimento se estas desistências não têm a ver muitas vezes com a falta de pessoas ou a impossibilidade de os munícipes estarem tanto tempo nas filas de espera. Disse já ter utilizado aqueles serviços em entidades distintas e que de uma das vezes o tempo de espera foi demasiado, esperando que com o evoluir da situação os serviços possam vir a adaptar-se e dar resposta efectiva e célere aos munícipes, sugerindo alguma vigilância nesse desenvolvimento. -----

----- Relativamente à poluição do rio Maior disse que a mesma está relacionada com a existência de explorações pecuárias e que o conteúdo das informações prestadas mostra a preocupação da Câmara Municipal com esta questão e pediu ao executivo que estivesse atento a este problema porque a pecuária já foi fundamental para a economia de Rio Maior mas atualmente as mais-valias que ficam em Rio Maior são residuais resumindo-se, praticamente, ao aluguer de instalações e à sua utilização por grupos económicos que não têm sede em Rio Maior. Referiu que, compreendendo que hajam direitos adquiridos e situações em que os aglomerados urbanos acabaram por cercar as pecuárias não podendo ser atribuída a culpa às mesmas, em última estância o que permanece é a poluição e o seu controle não é fácil, seja pela existência de regimes altamente intensivos, circuitos fechados onde não é fácil a fiscalização ou licenciamento de descargas irregulares e não controladas pelas entidades competentes. Considerou, por isso, que a Câmara Municipal não pode passar a responsabilidade apenas para as outras entidades tendo que as responsabilizar de facto e exigir que haja controlo e cumprimento rigoroso da lei de forma a minimizar os impactos ambientais existentes. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Discordou da intervenção anterior dizendo que o facto de muitas instalações estarem arrendadas a grupos económicos continua a criar mão-de-obra, continua a fazer com que as rendas sejam a fonte de rendimento de muitos ex-suinicultores que se não tivessem essa renda estariam em situações muito complicadas. Considerou assim que para além da poluição ainda fica cá o rendimento de muitas famílias que disso dependem. No que se refere à poluição esclareceu que em 2013 foi realizada uma reunião com as entidades intervenientes neste tipo de licenciamento onde foi referido que atualmente quase todas as instalações pecuárias, em especial as de grande dimensão, estão controladas e têm licenças emitidas pelo ambiente porque sem elas não poderiam licenciar a exploração, embora reconheça que isso não impede as descargas clandestinas que ainda vão ocorrendo. Disse ainda que a câmara municipal tem acompanhado o assunto, promovendo e participando em iniciativas e reuniões com vista à resolução deste problema e que as informações que o município tem da DRAPLVT é que têm sido feitas análises mensais às ETAR'S licenciadas e os parâmetros têm estado dentro dos previstos. Acrescentou ainda que a câmara municipal, havendo possibilidade, irá estar atenta a eventuais candidaturas ao quadro comunitário de apoio que permita minimizar este problema. -----

----- Quanto à Loja do Cidadão disse que os dados apresentados relativamente ao número de desistências e de espera é normal nos serviços em causa. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou ainda que a Loja do Cidadão está a funcionar apenas há dois meses e os dados apresentados retratam um período inicial e de percepção do funcionamento, sendo que o número de desistências é apresentado sem qualquer pudor e representam o período inicial de funcionamento de adaptação esperando que esta situação assim como os tempos de espera venham a ser minimizadas. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Afirmou que não fez nenhuma intervenção acerca dos dados da loja do cidadão porque apenas os recebeu no momento pelo que guardará para uma próxima oportunidade uma reflexão sobre o assunto. -----

----- No que se refere aos documentos para conhecimento disse que o documento acerca da poluição refere também outras perguntas que cabe não à câmara responder mas sim aos ministérios responsáveis não estando estas perguntas associadas à não valorização desta atividade para o setor económico da agro-pecuária mas muito pelo

contrário, que é por ela ainda hoje ter uma elevada importância económica é que a pergunta é colocada, numa perspectiva se poder rentabilizar ainda mais. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Esclareceu que em relação ao assunto da poluição, não acusou a câmara de estar parada e que aquilo que disse foi que a mesma terá que se esforçar por todos os meios, perante todas as entidades, para fazer cumprir a lei, porque se existem algumas rendas que ficam no concelho, a população no geral não pode ser prejudicada pela atividade de alguns, quando estes não cumprem o legalmente estabelecido. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por questionar se o fogo que existiu na Vila da Marmeleira foi num terreno camarário ao qual não tinha sido efetuada a limpeza preventiva e por solicitar informações sobre o ponto da situação relativamente ao aterro da lagoa do areeiro. ----

----- De seguida perguntou se existe já algum resultado da ação da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) e do executivo municipal sobre o tribunal e sobre a saúde. -----

----- Por último lamentou o facto de ainda não ter sido possível a transferência de verbas para as freguesias em cumprimento dos acordos de execução e dos contratos interadministrativos. Disse que esta situação é resultado da redução das verbas resultante das políticas nacionais de retracção económica, de diminuição das verbas transferidas para as autarquias e dos recursos humanos e aumento das competências. Salientou que devia ter-se feito a primeira transferência para as juntas de freguesia em março e que não sendo possível por não estarem aprovados os acordos e contratos devidos deveria ter sido feita em junho, o que também não aconteceu porque não estavam ainda aprovados os acordos e contratos por todas as assembleias de freguesia. Afirmou que as transferências deviam ser feitas agora e devia também ser explicado às populações que aquilo que as juntas de freguesia tinham que fazer e não fizeram é da responsabilidade da Câmara e que não são aquelas as culpadas de não fazerem o trabalho que tinham acordado fazer. Questionou, por isso, qual a previsão para efectuar as transferências, na totalidade ou por tranches, na perspectiva de se atenuar as dificuldades das juntas em satisfazer as suas responsabilidades mensais, referindo que, em seu entender, o montante não é tão elevado quanto isso para o ano inteiro e que é sempre preferível a transparência e ser claro baixando as expectativas quer das freguesias quer da população, porque não é agradável estar oito meses sem receber parte dos acordos que lhes são inerentes. -----

----- VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu-se à realização da FRIMOR e em específico ao espectáculo tauromático que está previsto dizendo que lhe chegou ao conhecimento que o mesmo está a causar grande polémica sendo, inclusive, ofensiva na página do município e outras páginas das redes sociais. Disse estar solidária com o município, que é contra qualquer tipo de radicalismo acrescentado que a tourada é um evento legal e permitido em Portugal e quaisquer manifestações a fazer terão que ser feitas junto dos órgãos legislativos. Considerou que as ofensas ao município e à cidade não são, a seu ver, admissíveis e que prevê que possam ocorrer no próprio dia alguns desacatos e que, por isso, sugeriu um reforço da segurança para precaver qualquer tipo de situação mais desagradável. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Solicitou que fossem criadas condições para ser presente à próxima reunião de Câmara a proposta referente ao acesso entre a Avenida Mário Soares e a Estrada de Alcanede, situação para a qual já existe um acordo uma unidade comercial instalada na zona e que até agora não se concretizou por dificuldades na aquisição de terrenos necessários por via amigável, não podendo Rio Maior ficar prejudicada com a falta dessa artéria por não se criar opções de resolução da situação, sugerindo que o executivo reunisse para que fosse elaborada uma proposta formal. Continuou dizendo que se porventura não existirem condições para a criação desse consenso e elaboração dessa proposta formal o próprio, ao abrigo das normas regimentais, comprometeu-se a entregar formalmente uma proposta para ser presente a reunião de Câmara, não obstante a sua preferência por se encontrar um consenso para haver condições de dotar Rio Maior de uma artéria que faz falta e que efetivamente já devia estar construída. -----

----- Relativamente à relação da câmara com as freguesias disse ter gostado da iniciativa que foi tomada de ser presente a reunião de Câmara os mapas das obras por administração direta nas suas diversas vertentes e nas diferentes freguesias, quantificando a mão-de-obra, a dotação financeira e a utilização de máquinas. Solicitou ainda, se fosse possível para a próxima reunião de Câmara, uma informação das verbas que foram transferidas, do ponto de vista financeiro, a nível corrente para as freguesias e também a calendarização e previsão que existe para o cumprimento das transferências do ano de 2014, para que as populações fiquem também a saber das dificuldades e não exijam aos presidentes de junta responsabilidades que estes não têm capacidade de cumprir. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Disse que em relação ao fogo na Vila da Marmeleira foi já solicitado aos serviços uma informação acerca do ocorrido e que ainda não está na posse da mesma comprometendo-se a apresentar a mesma logo que seja possível. -----

----- Relativamente à FRIMOR destacou que hoje se está a realizar a transmissão do programa Verão Total no Jardim Municipal que visa a promoção do certame e, diante da oposição que se tem feito em relação ao espectáculo tauromático agendado, disse que estamos em democracia e sendo Rio Maior uma cidade declaradamente democrática há que respeitar aqueles que são contra a tourada assim como eles terão que respeitar aqueles que são a favor, cumprindo os direitos e deveres de um país democrático e livre. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que o incêndio não ocorreu num terreno da câmara e sim numa zona onde, por acaso, também se situa um terreno que é da câmara e que coincidentemente é já o segundo ano em que acontece, no último dia da festa, um incêndio. -----

----- No que respeita à lagoa disse não ter, no momento, informação de quantos autos já foram levantados pela câmara municipal e pela GNR e acrescentou que toda a situação tem sido retratada para todas as entidades oficiais, não havendo até há data nenhuma intervenção definitiva das mesmas e que a câmara tem feito tudo o que é possível dentro da sua competência. -----

----- Deu conhecimento que foi feita uma inspecção à ECTES de Alcobertas com resultado positivo e que a mesma está a funcionar três dias por semana com a recolha dos efluentes com monitorização e que a única coisa que não foi possível voltar a funcionar foi o sistema de produção de energia de biogás por ser uma recuperação demasiado cara para o rendimento daquela estação. -----

----- Mencionou que neste ano, talvez por ser menos quente, a falta de água não se tem sentido tendo sido efetuados alguns melhoramentos em vários locais, que está já a ser substituída uma das passadeiras da Avenida Paulo VI sendo que as restantes se seguirão em data ainda não prevista pelo custo destes trabalhos e que na Escola Fernando Casimiro a cobertura está já a ser retirada e a serem colocadas as novas placas.

----- Relativamente aos abatimentos na EN 1 informou que na Asseiceira as obras irão começar em breve e no Alto da Serra foi elaborado um projeto cujo montante aponta

para cerca de duzentos e noventa mil euros e que, para já, a câmara não tem disponibilidade financeira para a sua execução, lembrando que esta obra não tem qualquer participação de fundos europeus nem do poder central e neste momento está a preparar-se um novo caderno de encargos para concepção e execução na tentativa de se baixar o preço. -----

----- Acerca das touradas disse que, como cidadão respeitador da liberdade de cada um, o ataque que o executivo, a câmara e o município têm sido alvos é demasiado sujo e que os riomaioreses não merecem isso. Afirmou que a tourada é permitida por lei e que aquilo que é importante é que a FRIMOR corra bem, que as pessoas adiram e realçou todo o esforço que tem sido feito por toda a equipa para que se realize mais um certame digno. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acerca das questões da reforma do mapa judiciário e da saúde e dos efeitos da ação do executivo e da CIMLT afirmou que, como se sabe, tudo o que era possível fazer foi feito mas que infelizmente não foram ouvidos e que o efeito das ações que foram acontecendo, promovidas pelas mais diversas entidades e organismos, foi nulo, levando o Governo a cabo a reforma e aquilo que estava estipulado em relação ao mapa judiciário. No que respeita à saúde a posição da CIMLT foi já publicada na comunicação social e revela o lamento dos autarcas em face do silêncio do Ministro da Saúde sobre os problemas graves do hospital de Santarém e sobre o pedido de reunião efetuado. Disse ainda que foi substituída a directora do ACES da Lezíria do Tejo e em reunião da CIMLT foi decidido ser pedida uma reunião à mesma. -----

----- Sobre a questão das freguesias afirmou que os presidentes de junta têm sempre que dar resposta às comunidades pelo trabalho que é adiado e que diz respeito às competências que são delegadas pelas câmaras, mas pela relação de proximidade e de confiança com todos eles, a falta de transferências no âmbito da delegação de competências tem sido compreendida e que os atrasos verificados neste primeiro ano de mandato são comuns, embora o lamente, e aceitou a sugestão do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida de na próxima reunião de Câmara trazer uma previsão das transferências, embora seja uma situação que requer bastante análise pelos compromissos existentes. Referiu que embora o atraso seja real e constrangedor para as juntas, a câmara nunca deixou de prestar todo o apoio nas situações urgentes e necessárias em cada uma das freguesias, como se verificou nos mapas apresentados numa das anteriores reuniões de Câmara. -----

----- Relativamente à tourada afirmou que não se revê em posições radicais e extremistas e que a democracia tem que ser entendida como sendo para todos e disse

ter ficado chocada com os comentários efetuados relativamente ao executivo, a câmara e o município e reforçou que este é um espectáculo permitido por lei inserido no programa da FRIMOR e que as pessoas são livres de se manifestarem de acordo com as suas convicções seja a favor, seja contra. Reforçou, no entanto, que a forma como este movimento foi criado e a forma como comunica choca bastante e é muito desagradável. Disse esperar que haja respeito e que as coisas corram de forma normal e sem problemas e que esta seja uma grande feira com grande promoção. -----

----- Sobre a sugestão de ser apresentada proposta para a artéria que liga a Avenida Mário Soares à Estrada de Alcanede concordou que deve realizar-se uma reunião para chegar a consensos. -----

----- Informou ainda que está confirmada a presença do Secretário de Estado da Educação na inauguração do Centro Escolar de Fráguas. -----

----- Por último deu conhecimento do número de correspondência devolvida pelos CTT à câmara municipal de Rio Maior, lamentou esta situação que se vem arrastando desde 2013 e comprometeu-se a aprofundar esta situação e as suas causas reais. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer que a situação que se passa relativamente à correspondência é vergonhosa e que está na altura de, perante outras entidades, fazer um levantamento e trazer à Câmara a questão da distribuição postal no concelho de Rio Maior. Considerou que este é atualmente um mau serviço que está a ser prestado ao concelho e aos riomaiorenses e que a Câmara deve encontrar forma de minimizar esse impacto seja talvez através da sensibilização a nível local ou recorrendo a estâncias superiores. Acrescentou que o recurso a mão-de-obra itinerante tem como consequência o desconhecimento das zonas e em nome da viabilidade financeira da empresa presta-se um mau serviço, serviço esse que não tem alternativa. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que a câmara tem reunido, nesta fase, com a nova administração mas que esta é uma situação que se arrasta desde 2013 e é preocupante, pelo que se irá apurar as razões para dar resposta aos munícipes que não compreendem esta situação que provoca grandes constrangimentos nas suas vidas. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido se a CIMLT ficou ou não de estudar a possibilidade de interpor outro tipo de recurso quanto ao mapa judiciário, nomeadamente ou uma providência cautelar ou uma ação popular e se ficaram ou não ficaram de avançar para outro nível, e também se Rio Maior, face à situação do atendimento complementar, tem previsto ou não uma reunião particular para além



daquela que ficou decidido pedir pela CIMLT. -----

----- Disse ainda que gostaria que ficasse esclarecido se irá ser dado cumprimento à decisão já tomada pelo executivo relativamente à defesa do interesse público quanto à artéria que liga a Avenida Mário Soares/Estrada de Alcanede, manifestando total disponibilidade para, definitivamente, se encontrar uma solução de preferência consensual, mas acima de tudo em defesa do interesse público e sem consensos vãos. -----

----- Demonstrou ainda a sua extrema preocupação relativamente à privatização do serviço social de carácter público que são os correios, e considerou que é absolutamente degradante o que está a acontecer no concelho e no país, sendo que o objetivo atual com a privatização é o lucro cego aumentando, para isso, as áreas de distribuição e diminuindo os trabalhadores à semelhança do que acontece com os enfermeiros e com os professores. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 50/2014, DE 14 DE AGOSTO – EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA EFEITOS DE LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 50/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 14 de agosto do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a emissão da autorização prévia para efeitos de lançamento de fogo-de-artifício nos dias 22, 23, 24 e 25 de agosto de 2014 na União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões condicionada ao parecer técnico emitido. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – PRORROGAÇÃO DE MOBILIDADE INTERNA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é emitir parecer favorável à prorrogação da mobilidade interna intercarreiras do trabalhador Pedro Miguel Gaspar de Assunção nos termos dos números 3 e 4 do artigo 52º da LOE 2014. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Solicitou que lhe fosse concretizado se esta mobilidade interna é para efeitos de ocupação de um posto de trabalho, de manutenção desse posto de trabalho ou se é de funcionalidade da estrutura. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Confirmou que se trata de uma ocupação para funcionalidade da estrutura. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - FEIRA NACIONAL DA CEBOLA FRIMOR 2014 – PATROCÍNIOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a arrecadação da verba num total de 14 915,00 € (catorze mil novecentos e quinze euros) referente a patrocínios no âmbito da realização da Feira Nacional da Cebola – FRIMOR 2014 nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou, uma vez que vai haver a exposição da fileira agro-alimentar, se foram tentadas abordagens no sentido de as empresas que estão presentes poderem vir a contribuir no ponto de vista dos patrocínios. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse que esta é a primeira vez que se realiza e que foi uma aposta da câmara municipal na qual se começou a trabalhar com algum tempo de antecedência com o apoio do Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior e contactos pessoais para explicar aos potenciais participantes o que era e como era o desenvolvimento desse projeto. Esclareceu que nesse sentido, e nesta primeira edição, foi decidido não pedir patrocínios a nenhum dos presentes até para que haja um critério de igualdade em relação a todos os participantes. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse que o valor apurado, com todo o mérito que merece, reflecte o estado da economia riomaiorense e das empresas. Salientou que para um evento como a FRIMOR esta é uma verba pouco significativa e que analisando os documentos grande parte dela é da UNICER e não das empresas de Rio Maior. Lamentou que assim seja e que a ilação que daqui se retira é das reais dificuldades que a economia passa em geral e em Rio Maior em particular, designadamente as empresas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - APOIO A TRANSPORTES ESCOLARES/ALUNOS COM CARÊNCIAS ECONÓMICAS ANO LETIVO 2014/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é conceder a isenção do pagamento dos transportes escolares para o ano letivo 2014/2015, às alunas nomeadas na informação em apreço, correspondendo a mesma ao valor de 2.281,50 €, (dois mil duzentos e oitenta e um euros e cinquenta cêntimos) que o município suportará na totalidade aquando do respetivo pagamento à Rodoviária do Tejo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se por fazer parte de um executivo que promove e protege o direito inalienável da educação pública e do acesso sem constrangimentos mesmo que fora do concelho de Rio Maior. Disse que é um bom exemplo de esforço para criar condições para que todos os riomaiorenses tenham acesso ao sucesso escolar e ao sucesso profissional e consequentemente ir mais longe. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM BACELINHOS NA FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE AMARINO CALDEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM VÁRZEA NA FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE AMARINO CALDEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

**----- PONTO VII – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM BREJA OU BREJOS NA FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE AMARINO CALDEIRA -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

**----- PONTO VIII – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM BOAVISTA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE AZAMBUJEIRA E MALAQUEIJO EM NOME DE LÍGIA OLIVEIRA - ADVOGADA -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

**----- PONTO IX – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM VALE BASTIÃO OU BREJO NA FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE AMARINO CALDEIRA -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

**----- PONTO X – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM BREJA OU BREJOS NA FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE AMARINO CALDEIRA -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há

inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XI – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM BOAVISTA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE AZAMBUJEIRA E MALAQUEJO EM NOME DE LÍGIA OLIVEIRA – ADVOGADA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM VALE DAS FONTES OU VALE DA SOBERANA NA FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE AMARINO CALDEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIII – CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO TEJO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a constituição da Associação de Municípios de Vale do Tejo e submeter a proposta à Assembleia Municipal para os efeitos previsto na alínea u) do n.º 1 do artigo 25º do citado diploma legal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Relativamente a este assunto e à colónia Balnear da Nazaré que irá passar do património da Assembleia Distrital de Santarém para esta associação disse que aquela está no estado em que está por culpa dos municípios e para a conseguirem manter têm agora que ir por este modelo. Indicou o sentido de voto como favorável por dois motivos: primeiro porque acredita que uma associação de municípios de fins específicos vai ter legitimidade para decidir o que quer fazer com aquele património que é dos vinte e um concelhos e em segundo por lealdade e solidariedade para com quem esteve na reunião. Acrescentou que, no entanto, há que pensar no futuro e que este só será diferente se os municípios alterarem a sua postura em relação àquele património e estejam dispostos a participar no projeto de reabilitação do mesmo com ou sem fundos comunitários e que sendo essa a dificuldade e não havendo possibilidade de manter a colónia para os seus fins, o município de Rio Maior deve pegar no seu esforço financeiro e disponibilizá-lo para uma instituição como anteriormente à colónia balnear e de uma forma direta apoiar as crianças do concelho.-----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Informou que a ainda Assembleia Distrital de Santarém tem cerca de trezentos mil euros no banco e que alguns dos municípios devem outro tanto de quotização, valor que será mais que suficiente para o esforço financeiro a fazer pelos municípios caso o projeto seja financiado pelo novo quadro comunitário. -----

----- VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES -----

----- Questionou o que acontecerá se não for aprovado o financiamento pelos fundos comunitários e quais serão as obrigações dos municípios para além do que já foi dito e de que forma é que se poderá colmatar uma eventual falha e se poderá acalantar esperanças em manter aquele património. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Esclareceu que neste momento a associação que se está a constituir ficará com os passivos e com os ativos da Assembleia Distrital cujo património é o arquivo distrital de Santarém, a colónia balnear da Nazaré, uma oliveira em Ourém, trezentos e cinquenta mil euros em depósito no banco e a dívida dos municípios que não pagam as quotas há já algum tempo e ainda duas funcionárias que trabalham no arquivo distrital e que representam os encargos. Disse que esta é a forma que existe para viabilizar e dar a garantia que este património não sairá da responsabilidade dos municípios e do distrito de santarém. Referiu que em 2013 houve o compromisso de se avaliar a possibilidade de avançar com uma candidatura e que tal não aconteceu

porque não houve entendimento dos municípios e não foi possível tomar esta posição seja pela dimensão da constituição da assembleia seja pela permanente falta de quórum nas reuniões. Afirmou que a garantia que pode ser dada é que há um compromisso com o Governo no sentido de se salvaguardar verbas para a requalificação deste património, porque de outra forma não será possível pela clara incapacidade dos municípios fazerem um esforço financeiro desta dimensão para a realização da obra. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a este assunto disse que foram avaliadas outras soluções e que esta se afigura como sendo a mais justa. Disse ainda que a colónia não tem condições de utilização e que com esta situação se salvaguarda, pelo menos, a não passagem direta para o património do Estado, e posterior alienação, e a perspetiva de requalificação da mesma. Considerou ainda que ou os municípios encaram esta obra, e este património, com uma enorme valência e disponibilizam os meios financeiros necessários ou então o património perder-se-á definitivamente assim como poderá acontecer com o arquivo distrital. Indicou o sentido de voto como favorável por solidariedade e por coerência. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pela Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores**, que se transcreve na íntegra:-

----- “Votei favoravelmente esta proposta por solidariedade com a posição tomada pela Presidente na reunião da Assembleia e porque por imposição legal esta é a única forma dos municípios ficarem detentores de pleno direito daquele património e decidirem o futuro sobre ele.” -----

----- **PONTO XIV – EMPREITADA: CENTRO ESCOLAR Nº 1 - EXECUÇÃO DE CAUÇÃO - INSOLVÊNCIA: ALCOAIRES - SOCIEDADE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA./JCE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é executar parcialmente a caução da empreitada de Construção do Centro nº 1, prestada pela entidade adjudicatária "Alcoaires - Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas, Lda / JCE", no montante de 69.239,79€, (depósito bancário no valor de 60.207,19€ e acionamento da garantia autónoma no valor de 9.032,60€), de forma a fazer face aos custos suportados pelo Município, na execução dos trabalhos de correcção de defeitos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que esta é uma atitude inteligente por parte do executivo para garantir a conservação e reparação dos defeitos encontrados. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XV – PROCESSO N.º 48/2014/CP - AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES, ANO LETIVO 2014/2015 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a minuta de contrato do processo referente à aquisição de refeições escolares, ano letivo 2014/2015. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto de abstenção por uma questão de coerência. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Todas as intervenções do público foram transcritas na íntegra. -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR** -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, público em geral, os meus cumprimentos. Senhora Presidente fiquei contente porque ao fim e ao cabo diz que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura” e ao fim de vinte sessões de Câmara, ao fim de vinte sessões de Câmara deste executivo, houve alguém, por iniciativa própria, falou neste assunto, de forma simples, mas pelo menos falou, e espero que seja mais aprofundado. Não estava à espera, de qualquer forma vou seguir a minha intervenção. Pretendo continuar a falar sobre o processo 8/2010 na convicção de que Rio Maior há-de receber o que lhe é devido e prometido e na convicção de que os senhores vereadores reconheçam que é tempo de agir e de saírem deste impasse (parece isto que foi mesmo combinado). É tempo de mostrarem que não fazem parte do leque de políticos do nosso país que estão comprometidos pelas mais diversas formas com grupos financeiros. Quando decorria o ano de 2010 a câmara municipal na ânsia de obter meios financeiros, tudo servia de desculpa, tudo era conforme a lei para perseguir empresários em e de Rio Maior com coimas que em



nada os ajudava e quero aqui realçar uma empresa de construção civil, que sempre foi reconhecida em Rio Maior nesta geração e na geração anterior, que atravessava dificuldades tremendas. Os seus maiores clientes e fornecedores eram de Rio Maior e a câmara, no entanto, entendeu exigir a esta empresa um pagamento de cerca de noventa mil euros por deficiente número de lugares de estacionamento. Esta foi a contribuição da nossa câmara para suceder a esta empresa o que lhe sucedeu. Senhora Presidente, agora façam comparação com o processo 8/2010, analisem a tramitação, onde estavam os serviços técnicos e jurídicos e os vereadores para permitirem a apresentação de projetos em terrenos que não pertenciam aos promotores, onde estavam outras entidades para permitirem protocolos a comprometerem o património sem conhecimento dos respetivos donos. Senhores Vereadores, apesar de tudo isto para que em Rio Maior pudesse existir mais uma artéria, para que os senhores não ficassem reféns da vossa armadilha, eu, com a ajuda dos vereadores da oposição na altura, e sem que os promotores esperassem, criei condições viáveis para que o processo 8/2010 existisse com toda a legalidade. Faço conta que não entendo o porquê, mas a verdade é que a câmara está a permitir que o CA Património Crescente, que é o proprietário, que nem pessoas são, não cumpram com Rio Maior as obrigações e compromissos, condicionantes que existem no processo referido. Senhora Presidente e Senhores Vereadores, os senhores nos vossos comentários às minhas expressões preocupam-se muito com o vosso nome e a vossa honra e sentem-se enxovalhados com os termos que tenho utilizado: corrupção, hipocrisia, prepotência, inércia, cumplicidade, etc., que eu saiba estes termos fazem parte do nosso dicionário e servem para classificar atos e atitudes negativas na nossa sociedade, como tal não me sinto nada incomodado por serem utilizados porque no meu entender classificam os atos praticados neste processo. Se não querem ouvir estes termos que exista mais cuidado nas decisões, porque para além dos vereadores e outros sonantes também existe o cidadão anónimo que é parte integrante da nossa sociedade e não pode ser desprezado. Senhora Presidente e Senhores Vereadores, é sempre tempo de retomar o caminho, era bom para Rio Maior e para a vossa imagem, não é bom para ninguém em Rio Maior existam processos que são o exemplo daquilo que não devia de acontecer por este país fora. Sobre este assunto, por agora, é tudo Senhora Presidente.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- “Já agora faço uma questão que é a seguinte: a empresa a que se refere pagou noventa mil euros à câmara em 2010 é a empresa?” -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR** -----

----- “Eu não sei se a empresa pagou, sei que a empresa foi condenada a pagar e estamos a falar de Manuel Joaquim dos Reis.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- “Tenho que me ausentar em dois minutos mas vou colocar esta questão e deixo no ar para depois alguém tomar nota. A minha questão é: se esse valor é exigido, quer a essa empresa quer a qualquer empresa, quer a qualquer cidadão, é-lhe seguramente no cumprimento da lei. É essa a minha obrigação. A minha obrigação é fazer a defesa do interesse público. A questão da imagem quem tem que se preocupar com a imagem do executivo são estes homens e mulheres que estão deste lado e eu com a minha em particular, em segundo lugar. E em terceiro lugar, se eu tiver a defender a minha imagem não faço mais do que a minha obrigação também enquanto eleita, com toda a legitimidade neste município para este mandato 2013/2017 e dizer-lhe também que fico feliz por ver que existem cidadãos, que existem munícipes que vêm a esta reunião de Câmara consecutivamente defender os seus interesses. Meus amigos, com todo o respeito, com todo o respeito e consideração por todos vós, eu tenho que me ausentar porque tenho no jardim municipal, à minha espera para o programa que está a dar em direto e para o qual trabalhamos para isso também. Peço que possam tomar nota de mais alguma questão levantada.” -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR** -----

----- “ Senhor Vice-Presidente, gostava de continuar um bocadinho esta intervenção num outro sentido. Como habitante da Fonte da Bica tenho reparado nos trabalhos que a junta de freguesia tem executado, um trabalho que ela executou agora ultimamente como no ano passado dois trabalhos fundamentais para além de outros pequenos trabalhos e como habitante quero reconhecer o trabalho que realmente aquela junta tem feito sobretudo na recuperação e na manutenção de espaços públicos como o coreto, a fonte e agora a capela salão, toda a intervenção que foi feita no exterior de manutenção. Sei que aqui talvez não seja o lugar bem, próprio, devia ser talvez na junta, mas gostava que isto ficasse realmente referenciado porque também é bom nós olharmos para este tipo de atitudes e para este tipo de serviços.” –

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- “Só gostaria de comentar que, por acaso, e por mero acidente possivelmente, as obras no coreto e na zona envolvente foram suportadas a 100% pela câmara municipal de Rio Maior. Todos os alcatroamentos feitos dentro da Fonte da Bica, casal calado foram suportados a 100% pela câmara municipal de Rio Maior e efetivamente a junta, com todo o trabalho que tem feito, também o reconheço, foi a recuperação da fonte, é um facto, e foi a pintura do cemitério e da capela. Portanto, o seu a seu dono e

portanto com todo o trabalho que a junta tem feito como morador na Fonte da Bica penso que deveria estar mais atento efetivamente a quem tem feito as obras. Quanto à outra situação, depois disso que tem vindo a dizer em várias sessões de Câmara, não vou voltar a repetir aquilo que disse, como cidadão tem todo o direito de dizer aquilo que pensa, a partir do momento que não ponha em causa a honestidade, a liberdade dos outros. Quanto áquilo que à bocadinho o meu colega Dr. Carlos Nazaré disse, obviamente que não é por ele ter pedido, portanto a câmara, penso que podemos ter condições para na primeira sessão de câmara de setembro trazer o assunto para ser discutido. Não é devido à sua insistência, porque como também deve calcular há outra entidade que é o grupo SONAE ou que estiver agora, que também tem interesse em resolver a situação e a câmara não tem estado a dormir.” -

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e quarenta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Jorge Fróis Colaço, Chefe de Divisão da Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património, que a redigi.-----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:\_\_\_\_\_

O CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO:\_\_\_\_\_